

Escola Superior promove capacitações voltadas para defensores públicos, servidores e assistidos

Com turmas presencial e virtual, curso “Temas atuais em Direito Penal e Direito Processual Penal” tem aulas semanais e encerra em agosto.



..... PÁGINA 21

Defensoria Pública em Santos Dumont realiza a primeira “Defensoria Itinerante” de 2017

..... PÁGINA 19

***Defensoria Sem Fronteiras* encerra força-tarefa em Natal com análise de processos de 1.010 presos**

..... PÁGINA 13

Inscrições abertas para o Casamento Comunitário no mês dos namorados

..... PÁGINA 27

Grupo Interdefensorial do Rio Doce recebe prêmio em Direitos Humanos
DPMG integra o Grupo, juntamente com as Defensorias Públicas do Espírito Santo e da União

..... PÁGINA 27

MENSAGEM DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Nesta semana, a DPMG deu início aos preparativos para o Casamento Comunitário, que acontecerá no dia 23 de junho deste ano. As inscrições estão abertas na sede I da Instituição, em Belo Horizonte, no horário de 12 às 17 horas. A divulgação do evento já pode ser notada na TV, na mídia impressa, em emissoras de rádio e nos ônibus que circulam pela cidade. O Casamento Comunitário é uma das importantes ações extrajudiciais e de alcance social que a DPMG tem promovido bienalmente, contribuindo para a pacificação social.

Nesta edição do **Boletim**, estão registradas capacitações promovidas pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), que deu início ao primeiro módulo do curso “Temas atuais em Direito Penal e Direito Processual Penal”. A Esdep promoveu, ainda, mesa de debate sobre o enfrentamento ao machismo e o curso *Gestão Legal*, eventos que encerraram as atividades da Defensoria Pública na Capital em comemoração ao Mês da Mulher. Ainda em celebração a este mês, registro participação em ciclo de debates na Assembleia Legislativa, em evento de homenagem às mulheres em Juiz de Fora e, em Caratinga, sendo que nesta última a coordenadora Local proferiu palestra sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres para pais de alunos, professores e comunidade. Ainda na seara da capacitação, destaco a realização da Gincana “Trocando Ideias”, promovida pelo Setor de Atendimento da Capital, para aperfeiçoamento do conhecimento dos atendentes.

Outro destaque é a Menção Honrosa no “Concurso de Casos de Litigância Estratégica em Direitos Humanos”, recebida pelo Grupo Interdefensorial do Rio Doce (Gird), composto pelas Defensorias Públicas dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e da União. O Grupo foi criado em 2016 para atuação conjunta em relação às demandas dos impactados decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

Acompanhe, ainda, a participação da DPMG em reuniões do Condege; os resultados parciais do programa “Defensoria Sem Fronteiras”, que atuou no complexo penitenciário de Alcaçuz, em Natal; o esforço concentrado realizado pela Defensoria Pública em presídio de Nova Lima; e a primeira edição de 2017 da “Defensoria Itinerante”, que realizou atendimento na comunidade de Soledade, na zona rural da comarca de Santos Dumont.

Outros destaques desta edição, são as participações da Defensoria em curso de capacitação do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor; debate sobre alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente; reuniões sobre a rede de atendimento social em Passos; e a desativação de escola na comunidade de Mundinho.

Fique por dentro, também, da posse da nova diretoria da Adep; da participação em lançamentos de livros; da inauguração do Cejusc em Caxambu; da outorga da Comenda da Paz Chico Xavier; e da solenidade que comemorou os 30 anos do Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo do Estado.

Wagner Geraldo Ramalho Lima

Defensor público-geral em exercício

Defensoria Pública-Geral prestigia posse da diretoria da Adep-MG

O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, representou a Instituição na cerimônia de posse da nova diretoria da Associação dos Defensores Públicos (Adep-MG) realizada dia 30.03.2017, no Museu Histórico Abílio Barreto.



O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, representou a Instituição na cerimônia de posse da nova diretoria da Associação dos Defensores Públicos (Adep-MG) realizada dia 30.03.2017, no Museu Histórico Abílio Barreto.

A solenidade foi prestigiada também pela defensora pública-geral licenciada, Christiane Neves Procópio Malard; pelo corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; membros do Conselho Superior; e pela subsecretária de Humanização do Atendimento da Secretaria de Administração Prisional, defensora pública Emília Castilho; além de outras autoridades.

Wagner Geraldo Ramalho Lima parabenizou a nova

diretoria pela eleição e destacou a importância da união e do trabalho em conjunto para o enfrentamento dos desafios da Defensoria Pública. “Quero conclamar a Adep e todos os defensores públicos a trabalharem em conjunto, para que consigamos conservar, conquistar e efetivar as melhorias normativas, estruturais e remuneratórias ainda necessárias para a nossa Instituição”, salientou o DPG em exercício.

O defensor público Eduardo Cyrino Generoso continua à frente da entidade para o biênio 2017-2019. Também foram empossados o vice-presidente, Flávio Aurélio Wandek Filho, e os novos integrantes dos Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo da Associação.

Defensoria Pública de Minas Gerais participa da III Reunião Ordinária do Condege

No dia 27.03.2017, o assessor Institucional, Nikolas S. Macedo Katopodis, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na III Reunião Ordinária de 2017 do Colégio de Defensores Públicos-Gerais (Condege) realizada na sede da Defensoria Pública da União em Brasília.

Ao abrir a reunião, o defensor público-geral do Distrito Federal e presidente do Condege, Ricardo Batista, destacou a importância da unidade de ideias entre as Defensorias Públicas.

continua >>

Continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais participa da III Reunião Ordinária do Condege



Durante o encontro, os defensores-gerais e representantes das defensorias estaduais deliberaram sobre a elaboração de texto-base de nota técnica e definição de estratégias de atuação relacionadas à reforma da Previdência – proposta de emenda à Constituição 287/2016; sobre o projeto de recuperação fiscal dos estados e do DF – Projeto de Lei Complementar 343/2017; além da proposta de emenda à Constituição 35/2015, que altera o critério de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A nota técnica que sugere alteração no texto da reforma da Previdência, de autoria do defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz, pretende equiparar os direitos das Defensorias aos outros ór-

gãos do Poder Judiciário.

De acordo com a proposta de reforma da Previdência, o texto não vai mais incluir a revisão das regras para servidores estaduais e municipais. A decisão para essas alterações deverá ser tomada pelo governo de cada estado. Essa decisão afeta diretamente as Defensorias Públicas do País, já que cada estado da federação possui uma unidade da instituição.

Ainda foram tratadas, na reunião, questões referentes aos honorários advocatícios para a Defensoria Pública e à constituição da comissão de seleção de membro para o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Com informações da DP/DF

DPMG participa de assinatura de cooperação para solucionar conflitos decorrentes do rompimento da Barragem do Fundão

A chefe de gabinete da Defensoria Pública, Luciana Leão Lara, representou a Instituição durante a assinatura do termo de colaboração para resolver conflitos relacionados à interrupção do fornecimento de água, em Governador Valadares, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão. A assinatura do termo aconteceu dia 28.03.2017, na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

A cooperação reúne a Samarco Mineração S.A., suas controladoras, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., e a Fundação Renova, constituída pelas empresas para dar suporte à população afetada pelo desastre ambiental ocorrido em 5 de novembro de 2015, em Mariana, na região Central de Minas.

continua >>

Continuação

DPMG participa de assinatura de cooperação para solucionar conflitos decorrentes do rompimento da Barragem do Fundão



Chefe de gabinete da DPMG, Luciana Leão Lara (1ª posição, à esquerda), durante a assinatura do termo de cooperação para resolver conflitos relacionados à interrupção do fornecimento de água, em Governador Valadares

A Defensoria Pública, desde novembro de 2015 vem atuando na garantia dos direitos dos moradores atingidos pelo desastre em Mariana e, também, em Gover-

nador Valadares, realizando força-tarefa e audiências públicas para acompanhar os desdobramentos da crise hídrica nos municípios afetados pela tragédia.

DPMG participa de lançamento de livro no Palácio da Liberdade

A assessora Institucional Diana de Lima Prata Camargos representou a Defensoria Pública no lançamento do livro “Diagnósticos e proposições – 1º relatório ao governador do Estado”. O evento aconteceu dia 28.03.2017, no Palácio da Liberdade.

A obra é de autoria da Comissão de Revisão e Simplificação da Legislação Tributária de Minas Gerais, criada em 2015 para garantir a distribuição tributária, a transparência, a segurança e a praticidade na administração dos tributos.

Governador Fernando Pimentel e a assessora Institucional da DPMG, Diana de Lima Prata Camargos





Defensoria Pública participa de ciclo de debates sobre as mulheres na ALMG

A assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na abertura do Ciclo de Debates “Pela Vida das Mulheres: Educação, Enfrentamento do Machismo e Garantia de Direitos” promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), dia 30.03.2017.

O evento contou ainda com a participação da coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência, Maria Cecília Pinto e Oliveira; e das defensoras públicas também em atuação na Especializada, Samantha Vilarinho Mello Alves e Lívia Linhares Ribeiro; além de parlamentares, especialistas, autoridades e representantes do movimento feminista na ALMG.

A cobrança por maior presença feminina nas instâncias de poder foi uma das demandas apresentadas no ciclo de debates, que marcou o mês de março como momento de mobilização e luta pela garantia dos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero contra o machismo. As participantes ressaltaram a importância da criação de uma frente parlamentar que lute pelos direitos das mulheres e da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 16/15, que tem o objetivo

de garantir a presença de pelo menos uma mulher na Mesa da ALMG.

Cibele Maffia destacou o comprometimento da Defensoria Pública com as mulheres. “Renovamos o compromisso de avançarmos, de resistirmos aos retrocessos, de ocuparmos efetivamente nossos espaços e mostrarmos nosso devido valor. A Defensoria está aqui para renovar esses compromissos e se unir às mulheres, para juntos construirmos as soluções para nossas batalhas diárias”, afirmou.

O machismo ainda presente no mercado de trabalho, em especial nos espaços de poder e representação, e os desafios enfrentados cotidianamente pelas mulheres no ambiente corporativo e nas instituições públicas foram abordados em três painéis, um deles, com a participação da coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública de Mato Grosso, Rosana Leite Antunes de Barros.

Protesto – Antes do ciclo de debates, manifestantes fizeram um ato de repúdio ao machismo, na entrada do Palácio da Inconfidência.

Com informações da ALMG

Assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes (2ª posição, à direita), compõe a mesa de honra

Coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência, Maria Cecília Pinto e Oliveira; desembargadora Kárin Emmerich; assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes; e a promotora de Justiça, Patrícia Habkoug



Defensoras públicas Lívia Linhares Ribeiro, Rosana Leite Antunes de Barros (DPE/MT), Samantha Vilarinho Mello Alves e Maria Cecília Pinto e Oliveira

Chefe de gabinete reúne-se com subsecretário de Cerimonial e Eventos do Governo

No dia 03.04.2017, a chefe de gabinete da Defensoria Pública-Geral, Luciana Leão Lara, acompanhada pelo assessor de Comunicação Rodrigo Neves e o chefe do Centro de Segurança Institucional, tenente coronel Westerson Guimarães Pinto, reuniu-se com o subsecretário de Cerimonial e Eventos do Governo Estadual, Bruno Rosa, e o superintendente de Eventos, Felipe Assis Mariano Castro, na Cidade Administrativa.

Durante a reunião, foram tratadas questões relativas à realização do Casamento Comunitário, a ser realizado no dia 23 de junho deste ano. Desde a primeira edição do evento, em 2015, o Governo do Estado é um dos apoiadores do evento promovido pela Defensoria Pública mineira.

>> *Veja mais sobre o Casamento Comunitário no final desta edição do Boletim.*



Chefe do Centro de Segurança Institucional da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto; subsecretário de Cerimonial e Eventos do Governo, Bruno Rosa; chefe de gabinete da Defensoria-Geral, Luciana Leão Lara; superintendente de Eventos do Governo, Felipe Assis Mariano Castro; e o assessor de Comunicação da DPMG, Rodrigo Neves

Defensoria Pública participa de lançamento de livro

A defensora pública-geral, licenciada, Christiane Neves Procópio Malard, participou do lançamento do livro “Filosofia do Direito e Formação Humanística para concursos”, de autoria da secretária adjunta da Casa Civil e Relações Institucionais, Mariah Brochado Ferreira. O lançamento aconteceu na sede da Associação dos Ma-

gistrados Mineiros (Amagis), no dia 04 de abril.

A obra é dividida em duas partes, na parte I, de autoria de Mariah Brochado, temas de Filosofia do Direito, Hermenêutica e de Teoria Geral do Direito e da Política, e, na parte II, os temas da Sociologia do Direito, da Psicologia Judiciária e da Ética e as Carreiras Jurídicas.



Christiane Malard e Mariah Brochado, autora do livro “Filosofia do Direito e Formação Humanística para concursos”

DPMG reúne-se com representantes do Instituto de Identificação da Polícia Civil de Minas Gerais

No dia 04.04.2017, o assessor Institucional, Péricles Batista da Silva, e os coordenadores da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, e da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araujo, reuniram-se com a diretora do Instituto de Identificação, Jacqueline de Oliveira Ferraz, e os investigadores Luciana

Gonçalves Nunes e Evandro Ferreira de Assis.

Durante a reunião, que foi solicitada pelo Instituto de Identificação, foram iniciadas tratativas para atuação da Defensoria Pública, no sentido de garantir o direito à identificação civil a menores de 16 anos, sem incorrer no risco de fomentar o tráfico internacional e a exploração sexual dos menores.



Em sentido horário:
Investigadores Luciana Nunes e Evandro de Assis; diretora do Instituto de Identificação, Jacqueline Ferraz; assessor Institucional, Péricles Batista; e os coordenadores Wellerson Corrêa e Fernando Luis Araujo

DPMG participa de reunião do Comitê de Direitos Humanos do Condege, em Brasília

O defensor público Aylton Rodrigues Magalhães, coordenador da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou da primeira reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege). O encontro aconteceu no dia 23.03.2017, em Brasília.

Durante a reunião, foi feita a eleição do presidente e da diretoria da referida comissão, sendo reeleito o defensor público do Rio de Janeiro, Fábio Amado.

Na mesma ocasião, foi decidida a realização de seminários em São Paulo (22 e 23 de junho) e Cuiabá (sem data definida), para auxiliar na propagação da cultura de Direitos Humanos.

No encerramento do encontro, no dia 24.03.2017, os integrantes da comissão realizaram visita à Secretaria de Direitos Humanos do Distrito Federal, onde acompanharam apresentação sobre comunidades tradicionais.

Com informações do Condege (28/03/2017)



Reunião da Comissão de Direitos Humanos do Condege, em Brasília, no dia 23 de março

Eventos

Coordenadora da Mata I participa de evento em homenagem às mulheres de Juiz de Fora

A coordenadora regional Mata I, defensora pública Ana Lúcia Gouveia Leite, participou, no dia 23 de março, da solenidade de entrega do “Troféu Mulher Cidadã”, promovido pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

A premiação foi criada para homenagear as mulheres que tenham prestado relevantes serviços ao município em diversas áreas de atuação. No total, foram homenageadas 15 mulheres juiz-foranas.

A coordenadora da regional Mata I, Ana Lúcia Gouveia Leite, compôs a mesa de honra. Presentes também: prefeito Bruno Siqueira, vereadora Sheila Oliveira, arcebispo Metropolitano, Dom Gil Antônio Moreira, pró-reitora de extensão da UFJF, Ana Lúvia de Souza Coimbra, secretário de Governo, José Sóter de Figueirôa Neto e a presidente do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, Nadyr Goulart



Defensoria Pública participa da inauguração de Cejusc em Caxambu e Araguari

O coordenador Local em Caxambu, Frederico Guilherme Dornellas Piclum, representou o defensor-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, dia 24.03.2017, na solenidade de instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania (Cejusc) na comarca. Tal centro concentrará a realização das audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, além de prestar serviço de atendimento e orientação ao cidadão.

A solenidade de instalação foi conduzida pelo 3º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Saulo Versiani Penna. Na oportunidade, o magistrado enfatizou que tanto a conciliação quanto a mediação têm se revelado métodos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

Cejusc em Araguari

Em Araguari, o coordenador Local, Augusto Luiz Fernandes de Matos Oliveira, representou o defensor-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na solenidade de instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania (Cejusc) na comarca, no dia 05.04.2017. O centro concentrará a realização das

audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, além de prestar serviço de atendimento e orientação ao cidadão.

A unidade será coordenada pela juíza Juliana Faleiro de Lacerda Ventura. Na ocasião, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) celebrou convênio com o Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (Imepac), para cessão de estagiários e de espaço, na escola, para a prática da conciliação.

Com informações do TJMG



O defensor público Augusto Luiz Fernandes de Matos (2º, a partir da direita) participou da inauguração do Cejusc em Araguari

EVENTOS | *Continuação*

Defensoria Pública de Minas Gerais participa de debate sobre alterações do ECA

O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Ato Infracional, José Henrique Maia Ribeiro, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, em seminário que debateu as alterações na legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Promovido pela Comissão Especial da Revisão das Medidas Educativas do ECA, o evento aconteceu dia 27.03.2017, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte, com o objetivo de expandir o debate com autoridades públicas, especialistas e sociedade civil para colher subsídios para o trabalho da Comissão, bem como provocar um debate em torno da revisão na legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo como base o Projeto de Lei (PL) 7197/2002, do Senado Federal.

José Henrique Maia Ribeiro salientou a necessidade de se estabelecer critérios objetivos e limites intermediários de prazo no cumprimento da medida de internação. “O que me parece temerário é elevar o prazo de

internação para até oito anos o que, a meu ver, configura uma antecipação da maioria penal às avessas. Também considero urgente a necessidade de reforçar no texto legal a participação da Defensoria Pública, que é raramente citada no diploma em análise”, concluiu o defensor público.

Além da Defensoria Pública de Minas Gerais, participaram do debate representantes da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, entidades de Classe militar, Conselhos Estadual e Municipal da Criança e do Adolescente e sociedade civil, entre outros.



Coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Ato Infracional, José Henrique Maia Ribeiro (1ª posição, à esquerda)



Deputado federal subtenente Gonzaga, que propôs a realização do seminário; diretor da Faculdade de Direito da UFMG, Fernando Jayme; e o coordenador José Henrique Maia Ribeiro

Defensoria Pública participa da outorga da Comenda da Paz Chico Xavier

O coordenador substituto da Defensoria Pública em Uberaba, Marcelo Tonus de Melo Furtado Mendonça, representou a Instituição na entrega da Comenda da Paz Chico Xavier, na comarca, no dia 30 de março. A cerimônia é realizada pelo Governo de Minas, com o apoio da Prefeitura Municipal.

Entregue anualmente, a comenda Chico Xavier tem por objetivo homenagear, por meio da honraria, pessoas físicas e jurídicas que se destacaram na promo-

ção da paz e do bem-estar social. Foram agraciados: o secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda; o corregedor-geral do Ministério Público de Minas Gerais, Paulo Roberto Moreira Cançado; o missionário Adelino Carvalho Lino; a Casa de Chico Xavier; a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Mariana; a entidade Obras Sociais Vovô Faleiro; e o professor Jair Leonardo Lopes (*in memoriam*).

EVENTOS | *Continuação*

Inaugurado o Centro de Atendimento à Mulher junto às Varas Especializadas em Violência à Mulher

A Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência (Nudem/BH) participou da inauguração conjunta do Centro de Atendimento à Mulher, onde a Defensoria Pública terá sala de apoio para o acolhimento das mulheres vítimas de violência. O centro é uma parceria da DPMG com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Ministério Público (MPMG) e está localizado na Av. Olegário Maciel, 600, onde funcionam três, das quatro varas especializadas na lei Maria da Penha.

A solenidade aconteceu no dia 31 de março e contou com a presença da assessora Institucional da Defensoria Geral, Cibele Cristina Maffia Lopes, da coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher, Maria Cecília Pinto e Oliveira, e as defensoras em atuação no órgão, Livia Linhares Ribeiro e Samantha Vilarinho Mello Alves.

Presentes, também, a superintendente da Coordenação da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG, desembargadora Karin Emerick e a superintendente-adjunta, desembargadora Maria Luiza de Marilac Alvarenga Araújo; a promotora de Justiça da 18ª Promotoria de Justiça Especializada na Violência Doméstica e Familiar, Patrícia Habkhouk e os juizes das 13ª, 14ª e 15ª varas especializadas em violência doméstica, Maria Aparecida Consentino Agostini, Marcelo Gonçalves de Paula e Richard Fernando da Silva, respectivamente.

O espaço é dividido em três salas. O principal objetivo é proporcionar às vítimas atendimento humanizado e respeitoso, em um local reservado, que ofereça pri-

vacidade, além do suporte de profissionais qualificados.

Para a assessora Institucional Cibele Maffia, a inauguração do centro é um grande avanço nos mecanismos de promoção à defesa da mulher. “A concentração do atendimento em um único espaço evita a revitimização da mulher, na medida em que propicia a solução mais célere das demandas, sem que ela tenha que expor sua situação em diferentes ocasiões, revivendo a dor da agressão”.

“O poder Judiciário – continuou Cibele Maffia –, com a concessão deste espaço, demonstra, mais uma vez, sua sensibilidade com a causa das mulheres, em especial, os juizes das varas de violência doméstica que se empenharam pessoalmente para que esse espaço pudesse surgir”.



Defensoras públicas Livia Linhares Ribeiro, Cibele Cristina Maffia Lopes e Samantha Vilarinho Mello Alves

A assessora Institucional Cibele Maffia ressaltou que a Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência estará de portas abertas para atendê-las em mais este espaço de acesso à Justiça



EVENTOS | *Continuação*

DPMG participa de solenidade que comemorou os 30 anos do Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo

O defensor público Luis Ernesto da Silva Soares representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na solenidade de comemoração dos 30 anos do Batalhão de Radiopatrulha-

mento Aéreo e de formatura dos alunos dos cursos de piloto privado/comandante de operações aéreas e de tripulantes operacionais, realizada dia 31.03.2017, na sede do Batalhão, na Pampulha.



O policial federal Castro Neto; o comandante-geral da PM, coronel Helbert Figueiró de Lourdes; o defensor público Luis Ernesto da Silva Soares e sua esposa, Aline Pabliane; e o chefe do Centro de Segurança Institucional da DPMG, tenente coronel Westerson Guimarães Pinto

DPMG participa de lançamento de movimento para acerto de contas com a União

O assessor de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria-Geral, Rafael de Freitas Cunha Lins, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, no dia 05.04.2017, no lançamento do “Movimento em Prol do Acerto de Contas entre Minas e a União”, criado pela Assembleia Legislativa de

Minas Gerais (ALMG). Durante a solenidade, foi anunciada a criação da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União. O objetivo é mobilizar a sociedade sobre a importância de uma conciliação com o governo federal no que se refere às dívidas estaduais.

Com informações da ALMG



O lançamento do movimento contou com a presença do advogado-geral do Estado, Onofre Batista Júnior e de secretários de Estado, autoridades, deputados mineiros e gaúchos, além de sindicalistas e empresários

Ações em Destaque

Defensoria Sem Fronteiras analisou processos de 1010 presos em Natal

A força-tarefa de defensores públicos estaduais e federais, do programa “Defensoria Sem Fronteiras”, encerrou a etapa de trabalho no complexo penitenciário de Alcaçuz, em Natal, dia 25.03.2017. O resultado parcial dos trabalhos mostra que foram analisados processos criminais de 1010 sentenciados, com 1943 providências adotadas e 3015 processos analisados.

Foram feitos 126 pedidos de progressão de regime e 79 de livramento condicional para pessoas que já haviam cumprido tempo suficiente da pena para obterem esses direitos. Também foram feitos 87 agravos em execução; 18 pedidos de *habeas corpus*; 11 de liberdade provisória; 183 de retificação de guias de execução; 23 de indulto; 21 de comutação de pena. Foram preenchidas 929 fichas de atendimento e 363

petições diversas. Participaram da força-tarefa 34 defensores públicos estaduais e federais. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais foi representada pelos defensores públicos Alessandro Carvalho e Eliane Medeiros.

Força-tarefa – A atuação da força-tarefa é resultado de Acordo de Cooperação firmado no dia 31 de janeiro deste ano entre o Colégio Nacional de Defensores Públicos (Condege), Ministério da Justiça e Cidadania e Defensoria Pública da União (DPU). Ao final dos trabalhos, o Condege publicará um relatório minucioso sobre as medidas adotadas pela força-tarefa, bem como apresentará os encaminhamentos e providências a serem adotadas pelos demais poderes, órgãos e instituições.



Defensores públicos mineiros Eliane Medeiros (de preto, à dir.) e Alessandro Carvalho (de camisa branca) durante os trabalhos da força-tarefa



Defensoria Sem Fronteiras é tema de reportagem do “Bom Dia Brasil”

A edição do “Bom Dia Brasil” do dia 03.04.2017, veiculou reportagem sobre o “Defensoria Sem Fronteiras”, mostrando números e dados revelados por relatórios elaborados por defensores públicos que integraram a força-tarefa do Programa, que, neste ano, já passou por Manaus e Rio Grande do Norte. Seis defensores públicos de Minas Gerais atuaram no “Defensoria Sem Fronteiras”.

Em Manaus, o Programa analisou a situação de 4.994 presos em dez penitenciárias do Complexo Anísio Jobim. Em uma delas, o Compaj, que está fechado, 56 pessoas foram assassinadas em janeiro. Os defensores públicos constataram que mais da metade (2.611 presos) eram provisórios e não tinham nenhuma condenação. No Complexo, 245 presos têm direito ao regime semiaberto ou à liberdade condicional. O relatório apontou, ainda,

que quatro presos que já tinham cumprido toda a pena em regime fechado permaneciam dentro do presídio.

No presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, onde 26 presos foram mortos no início do ano, o Programa apurou que existem 70 processos de pessoas que não foram localizadas.

Segundo a defensora pública de Minas Gerais Alessa Pagan Vieira, que integra o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e coordenou a primeira força-tarefa, em Manaus, a iniciativa do “Defensoria Sem Fronteiras” é importante para que se conheça a real situação em cada Estado, não para buscar culpados, mas para a apresentação de sugestões para a melhoria do sistema jurídico e prisional.

[Clique aqui para ver a reportagem.](#)

AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

Coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor participa de curso de capacitação do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor

O coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato de Almeida Glória, participou como expositor do I Curso de Capacitação para Órgãos Públicos e Entidades Cíveis do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, no salão Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça, dia 22.03.2017. Daniel Firmato ministrou palestra sobre o tema “Bancos de Dados e Cadastros de Consumo”.

Em sua exposição, o coordenador estabeleceu as diferenças entre bancos de dados e cadastros de consumidores, partindo do pressuposto que é legítimo os fornecedores organizarem e explorarem as informações

pessoais e econômicas dos consumidores, tendo como limite a proteção do consumidor e dos direitos da personalidade, de sua honra e privacidade.

De acordo com o defensor público, “cadastro é tudo aquilo que o fornecedor utiliza como marketing. Já o banco de dados é regulado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), podendo ser restritivo ou positivo. O restritivo, ou negativo, é regulado pelo artigo 43 do CDC, enquanto a Lei de Cadastro Positivo trata do banco de dados positivo” ressaltou. Daniel Firmato abordou também súmulas do Superior Tribunal de Justiça que tratam dos bancos de dados.



O defensor público Daniel Firmato (à direita, na foto) durante a aula no curso de capacitação do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor

Defensoria Pública participa de reunião que discutiu rede de atendimento social em Passos

O coordenador Local de Passos e da Regional do Sudoeste, Carlos Alberto Thomazelli Penha, participou, dia 23.03.2017, de reunião com a equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e com a Prefeitura de Passos, que debateu a interlocução entre as entidades da rede de atendimento no município, bem como da estrutura do Creas para execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

Da esquerda para a direita: A chefe de Gabinete da Prefeitura de Passos, Olga Bastos Oliveira; o secretário de Assistência Social, Gilberto Donizete Ribeiro; o prefeito Carlos Renato Lima Reis; a coordenadora do Creas, Lívia Souza Andrade; o defensor público Carlos Alberto Thomazelli Penha; e a diretora de Políticas Públicas, Tatiana Capute Posancini



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Defensoria Pública participa de reunião que discutiu situação de escola na comunidade de Mundinho, em Mariana

O coordenador Local em Mariana, defensor público Saulo Duette Prattes Gomes Pereira, participou, dia 23.03.2017, de reunião na Comunidade de Cafundão, no Distrito de Cachoeira do Brumado. Na ocasião foram debatidas propostas para elaboração de um projeto que contemplará medidas de contrapartida em favor da

comunidade, em razão do fechamento da Escola Municipal de Mundinho e da transferência dos alunos para outras escolas públicas da região.

Realizada no prédio em que funcionava a escola, a reunião contou com a presença de diversos secretários municipais, vereadores e expressivo número de moradores da região.

As sugestões colhidas serão avaliadas para apresentação do projeto, que será pautado para votação na próxima reunião, marcada para o dia 03 de maio, no plenário da Câmara Municipal.

Após a aprovação do texto será confeccionado Termo de Ajustamento de Conduta entre a Defensoria Pública Estadual e o Município de Mariana.



O defensor público Saulo Duette Prattes Gomes Pereira durante a reunião na comunidade de Mundinho. Encontro reuniu secretários municipais, vereadores e moradores da região



DPMG realiza esforço concentrado no presídio de Nova Lima

Em continuidade ao esforço concentrado de atendimento nas unidades prisionais do Estado, a Defensoria Pública em Nova Lima realizou, dia 24.03.2017, ação coordenada no presídio da comarca.

Na ocasião, os defensores públicos Eduardo Furst Giesbrecht Rodrigues e Mariana Braga Pereira atenderam 116 detentos prestando orientação jurídica, recebendo pedidos de transferência e requerimentos diversos relativos a direitos dos acautelados da unidade, como liberdade provisória e revogação da prisão preventiva e, ainda, prestando esclarecimentos sobre o andamento processual.

O diretor do presídio, Willer Cruz Brum de Oliveira; os defensores públicos Eduardo Furst Giesbrecht Rodrigues e Mariana Braga Pereira; e o assessor Regional de Inteligência da Secretaria de Administração Penitenciária, Douglas Antônio Rocha Dinis





AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Defensora pública ministra palestra “Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres”, em Além Paraíba

A coordenadora Local em Além Paraíba, defensora pública Marta Xavier Lima Gouvêa, proferiu, dia 25.03.2017, na Escola Municipal Anchildes Baranda, palestra com o tema “Violência Domestica e Familiar contra as Mulheres”, para pais de alunos, professores e comunidade. O evento teve a participação dos estagiários da Defensoria Pública Marcus Vinicius Miranda Montes e Laumiram Vicheti Junior.

A presidente do Rotary Clube de Além Paraíba, Renata Guerini; o estagiário Marcus Vinicius Miranda Montes, a defensora pública Marta Xavier Lima Gouvêa e o estagiário Laumiram Vicheti Junior



Defensora pública ministra palestra sobre pequenas corrupções em escolas municipais de Cássia

A coordenadora Local em Cássia, Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, participou, no mês de março, do projeto “Pequenas corrupções – diga não”, da Controladoria Geral da União, desenvolvido pela Secretaria de Educação do município de Cássia, nas escolas municipais. A defensora pública apresentou palestra em torno do tema “Fábula da corrupção”, abordando atos cotidianos que podem caracterizar corrupção. As palestras foram realizadas nos dias 20, 21 e 22 de março, na Escola Municipal Allan Kardec.

Contra a reforma da Previdência

A coordenadora local da Defensoria Pública em Cássia, Ariadne Fernanda de Faria e Souza e Ramos, participou, na noite do dia 31.03.2017, na Praça Barão de Cambuí, em Cássia, das manifestações contra a PEC 287, que muda as regras da Previdência Social.



A defensora pública Ariadne Fernanda de Faria durante a palestra sobre a PEC 287, em Cássia



A defensora pública Ariadne Fernanda de Faria durante palestra para alunos da escola municipal Allan Kardec

Na oportunidade, a defensora pública também proferiu palestra sobre a PEC 287, em evento patrocinado pela Associação Comercial de Cássia, ressaltando “o direito de aposentadoria com 30 anos de contribuição e cinco anos antes dos homens, como compensação por anos de exploração, de silêncio, de violência, sofridos pelas mulheres, bem como, para compensar a dupla jornada ao trabalhar fora, cuidar da casa e dos filhos”.



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Defensoria Pública promove atividade do Mês da Mulher no presídio de Caratinga

A Defensoria Pública em Caratinga, por meio da área Criminal e de Execução Penal, promoveu, no dia 30 de março, atividade que comemorou o mês da Mulher, na ala feminina do presídio da Comarca.



Na oportunidade, o defensor público Paulo César Azevedo de Almeida ministrou palestra sobre a história e a importância do movimento de lutas por igualdade de gênero, atividade seguida de café da manhã oferecido às detentas. Foram entregues rosas em homenagem às mulheres, bem como livros para a inserção das presas no programa de remição de pena pela leitura.

A longo do dia, o defensor público realizou atendimento individualizado às mulheres privadas de liberdade, oferecendo orientações sobre o cumprimento de suas penas e prestando informações sobre o processo criminal a que respondem.

A atividade contou com apoio da associação Comercial de Caratinga, que ofereceu serviços de maquiadora e cabeleireira para as detentas. Os personal trainers Maycra Lima Oliveira, Ari Laignier e a estudante de educação física Michele Rosa promoveram exercícios de aquecimento, treinamento funcional e alongamento, oferecendo, ainda, orientações sobre cuidados com a saúde.

Atividade no presídio de Caratinga marcou o mês da Mulher promovido pela Defensoria Pública

DPMG participa de debate sobre atingidos por barragens

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), parti-

FOTO: RICARDO BARBOSA/ALMG



A defensora pública Ana Cláudia Alexandre durante o debate na Assembleia Legislativa

cipou, no dia 30, de debate promovido pela Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa, que discutiu o Projeto de Lei nº 3.312/2016, que “institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros empreendimentos e dá outras providências”.

Em sua intervenção, a defensora pública reforçou a importância do PL 3.312/16, que, segundo ela, dá voz e direitos aos atingidos. Ana Cláudia Alexandre destacou “o alto número de processos recebidos pelo Judiciário, que, hoje, reconhece seu papel na garantia de direitos tanto no presente, para as futuras gerações, assim como em relação a questões passadas”.

Durante a audiência, o deputado Rogério Correia informou que o projeto deverá ser colocado em pauta nesta semana, seguindo para análise do plenário após percorrer as Comissões de Trabalho, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Com informações da ALMG

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Gincana “Trocando Ideias”, do Setor de Atendimento da Capital, promove capacitação dos servidores

De forma divertida e recreativa, a equipe do Setor de Atendimento da Capital tem aperfeiçoado o conhecimento dos atendentes, com a realização da Gincana “Trocando Ideias”. No dia 31 de março, aconteceu a segunda rodada da gincana, com o tema Direitos Reais. Divididos em quatro grupos, os servidores responderam a perguntas ligadas ao tema, proporcionando, de forma divertida e eficiente, a capacitação de toda a equipe.

A ideia do formato de gincana foi sugerida pela própria equipe de servidores, que está sendo capacitada. A coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, explica que “durante dois anos, os colaboradores foram capacitados, por meio do Projeto “Bate-Papo Legal”, quanto às matérias que lidam no atendimento. Dessa capacitação, foi elaborado um compêndio de orien-

tações, o Manual de Dicas dos Colaboradores. Agora, a cada edição do “Trocando Ideias”, os servidores são questionados sobre um tema específico”. No dia 17 de março, foi abordado o tema Sucessões.

Para a coordenadora, Eden Mattar, “tem sido muito gratificante perceber a interação entre os participantes e o interesse que eles têm tido nessa espécie de capacitação, que privilegia a educação interativa, em que o aluno age de forma proativa, em busca do conhecimento. Com o formato de gincana, conseguiu-se, de forma lúdica, cobrar os ensinamentos que foram divulgados, seja pelos defensores públicos, por meio do Projeto “Bate-Papo Legal”, seja por mim, nas orientações diárias”.

A próxima edição da Gincana “Trocando Ideias” está prevista para o dia 28 de abril.



Equipe do setor de Atendimento da Capital

DEFENSORIA PÚBLICA ITINERANTE

Santos Dumont realiza a primeira “Defensoria Itinerante” de 2017

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Santos Dumont promoveu, no dia 23 de março, a primeira edição de 2017 da “Defensoria Pública Itinerante”. O atendimento foi realizado na comunidade de Soledade, na zona rural da comarca. Foram prestados 68 atendimentos, sendo 32 na área Cível; 11 na área de Família; 10 do Consumidor; 08 de Saúde e 07 da área Criminal. Além disso, foram distribuídas cartilhas educativas para a população.

De acordo com o defensor público Geraldo Magela Metri Pinto, além dos atendimentos, houve vários pedidos para que a DPMG interceda junto aos órgãos competentes para melhorias de serviços públicos.

De acordo com Geraldo Magela, para os integrantes da Defensoria Pública em Santos Dumont, é uma grande satisfação poder atender a pessoas cujo acesso aos serviços públicos é tão limitado, ou inexistente.

continua >>



O defensor público Geraldo Magela Metri Pinto foi auxiliado pelas estagiárias Louise Lane Vieira Ramos Souza e Nayara Alvim dos Reis. Colaboraram, ainda, as ex-estagiárias da Marysângela Camargo Silva Carvalho e Thayane Márcia Victor Santos. Presente, também, o vereador da Câmara Municipal de Santos Dumont, Conrado Batista Luciano

DEFENSORIA PÚBLICA ITINERANTE | *Continuação***Santos Dumont realiza a primeira “Defensoria Itinerante” de 2017**

“Muitos sequer conhecem o serviço da Defensoria Pública e nem mesmos os seus direitos”, concluiu o defensor público.

Em 2016, a DPMG promoveu nove Defensorias Iti-

nerantes em quatro regionais do Estado, percorrendo mais de 2,4 mil quilômetros. No total, foram realizados 606 atendimentos, sendo a maioria demandas nas áreas Cível e Famílias.



A Defensoria Pública realizou atendimento na comunidade de Soledade, na zona rural da comarca

Escola Superior

Encontro debate enfrentamento ao machismo institucional na Defensoria Pública

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) promoveu, dia 24.03.2017, no auditório da Defensoria Pública, a mesa de debate “Defensoria Pública no Enfrentamento ao Machismo Institucional”, com palestra da defensora pública do Rio de Janeiro, Lívia Casseres.

O evento, incluído na programação do Mês da Mulher na DPMG, faz parte da proposta da Esdep de promover a capacitação e a formação de defensores públicos, servidores e estagiários, como diretriz para o aperfeiçoamento profissional e a melhoria da qualidade e eficiência no atendimento aos assistidos.

Compuseram a mesa que presidiu o evento, a defensora pública Lívia Linhares, em atuação na Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência; a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira; a palestrante Lívia Casseres; o representante do Conselho Superior, Marco Túlio Frutuoso Xavier e a defensora pública Ana Flávia Soares Diniz, em atuação em Viçosa. O presidente da Associação dos Defensores Públicos (Adep), Eduardo Generoso, compôs a mesa de abertura dos trabalhos.

Ao iniciar o evento, a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão, destacou a importância da capacitação para os defensores públicos e fez a apresentação da palestrante, Lívia Casseres, que é coordenadora dos Núcleos Contra a Desigualdade Racial e de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e integrante do Coletivo de Mulheres Defensoras Públicas do Brasil.

Em sua exposição, Lívia Casseres traçou um panorama histórico do modelo brasileiro de assistência jurídica estatal, abordando a legislação que instituiu e regulamentou a Defensoria Pública no país e as propostas para a definição de sua inserção no sistema de Justiça.

continua >>

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Encontro debate enfrentamento ao machismo institucional na Defensoria Pública**

A defensora pública Lívia Linhares; a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira; a palestrante Lívia Casseres; os defensores públicos Marco Túlio Frutuoso Xavier e a defensora pública Ana Flávia Soares Diniz



A defensora pública Lívia Casseres durante a palestra promovida pela Esdep

Na sequência, a palestrante discorreu sobre a evolução do conceito de acesso à Justiça e os paradigmas de Justiça e concepções de igualdade, quando mostrou como as questões econômicas e financeiras impedem o

acesso à Justiça. Lívia Casseres questionou o modelo de acesso à Justiça e destacou como vem se processando o avanço do conceito de necessitado para vulnerável, permitindo a ampliação da base de atendidos pela defensoria Pública.

Ao falar sobre interseccionalidades, a defensora pública mostrou como classe, raça e gênero estão interligados e exemplificou com episódios de machismo e racismo institucional que impactaram o atendimento ao assistido no Rio de Janeiro, provocando mudanças na metodologia de atendimento da DPRJ.

Lívia Casseres encerrou sua palestra com trecho do poema “A noite não adormece nos olhos das mulheres”, de Conceição Evaristo:

continua >>



Público presente acompanhou com interesse a palestra

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Encontro debate enfrentamento ao machismo institucional na Defensoria Pública**

“A noite não adormece/jamais nos olhos das fêmeas/ pois do nosso sangue-mulher/do nosso líquido lembrado/em cada gota que jorra/um fio invisível e tônico/pacientemente cose a rede/de nossa milenar resistên-

cia”. No debate que se seguiu, foram discutidos temas como o atendimento ao público LGBT e a necessidade de ações afirmativas para o enfrentamento ao machismo institucional.



Evento reuniu defensores públicos e convidados para debater o machismo institucional e formas de combatê-lo

Esdep inicia curso “Temas Atuais em Direito Penal e Direito processual Penal”

Começou, no dia 31.03.2017, o primeiro módulo do curso “Temas atuais em Direito Penal e Direito Processual Penal”, com aulas sobre “Novas formas de resolução de conflitos na Justiça Criminal”.

O curso é promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), voltado para defensores públicos e servidores que atuam, principalmente, com Direito Penal e Direito Processual Penal.

A primeira aula foi dividida em dois tópicos. O primeiro foi apresentado pela advogada Carla Silene, “Justiça Restaurativa: conceito, críticas e vantagens de um modelo alternativo de resolução de conflitos”, e o segundo, “Projeto exitoso da Defensoria Pública da Infância em Juiz de Fora”, pela defensora pública Maria Aparecida Rocha de Paiva, coordenadora do projeto Justiça Restaurativa e Sinase, em Juiz de Fora.

Na abertura do curso, a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão, deu boas vindas aos participantes e lembrou que, no ano passado, foi oferecido o curso de Mediação de Conflitos, em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE). “Agora, buscamos atender a uma demanda que envolve importante parte dos membros da Defensoria Pública”.

Em seguida, o coordenador pelo IDDE do curso, professor Rodolgo Viana, ressaltou a importância da participação de todos na busca de um alinhamento entre os temas propostos no curso e a atividade finalística. Rodolgo Viana ressaltou, ainda que, parte do corpo docente é composto por integrantes da própria Instituição. “O curso tem o olhar voltado para o Direito Penal e o Direito Penal Processual praticado pela Defensoria Pública”, completou.

Apresentações

Em sua apresentação, a advogada Carla Silene, que falou sobre “Justiça Restaurativa”, ressaltou a necessidade de discernimento sobre a nova lógica da Justiça Restaurativa, “que vem para ocupar uma lacuna do sistema, dado a ineficiência do Direito Penal no papel de reparador danos, uma vez que o sistema de Justiça brasileiro tem sempre como fim, a aplicação de penas, sejam alternativas ou restritivas”, disse.

continua >>

ESCOLA SUPERIOR | Continuação

Esdep inicia curso “Temas Atuais em Direito Penal e Direito processual Penal”

Carla Silene explicou que o objetivo da Justiça Restaurativa está em reparar o dano, não somente material, mas de resolver o conflito com o envolvimento das partes comprometidas, dentro de um espaço de diálogo

“Hoje tudo é judicializado e penalizado. A Justiça Restaurativa surge, exatamente, para oferecer uma nova forma de tratar o assunto. Casos que antes poderiam ser resolvidos por meio de diálogo, agora são levados para o âmbito da Justiça e tornam-se grandes entraves, seja para as partes, seja para o sistema”, completou Carla Silene.

A advogada finalizou fazendo um paralelo entre a proposta de uma nova forma de se fazer justiça com a própria atuação da Defensoria Pública. “Acredito que quem escolhe a carreira de defensor público já tem, por si só, o pressuposto de fazer uma justiça diferente.”

Projeto exitoso

Em seguida, a defensora pública Maria Aparecida Rocha de Paiva, apresentou, por meio de casos exitosos, o projeto Além da Culpa, desenvolvido pela Defensoria Pública em Juiz de Fora, na área de Infância e Juventude da comarca.

A defensora pública explicou que o “Além da Culpa” garante ao adolescente, familiares e comunidade, atendimento com dignidade, foco na justiça social, buscando contribuir, ao mesmo tempo, para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade. “Os conflitos são resolvidos com a participação voluntária do ofensor, da vítima, de seus familiares e de membros da comunidade. O processo conta com a ajuda de facilitadores, capacitados com técnicas de autocomposição e solução consensual de conflitos”, completou.

Entre 2015 e 2016, foram enviadas à Central Judicial



Defensora pública Maria Aparecida Rocha Paiva, apresentou o projeto “Além da Culpa e SINASE: Justiça Restaurativa para Adolescentes” tem como finalidade o atendimento dos adolescentes em conflito com a lei, por meio da aplicação dos procedimentos restaurativos

Restaurativa, em Juiz de Fora, 85 processos de execução de medida socioeducativa e 99 processos de ato infracional. De acordo com Maria Aparecida Rocha, foram realizados 184 encontros de pré-círculo, 146 circulares e 146 pós-círculo – fases que compreendem o procedimento circular da Justiça Restaurativa.

A segunda parte do módulo 1 acontece no dia 07 de abril, com a apresentação dos temas “Aplicação da Justiça Restaurativa nos Juizados Especiais Criminais”, pela juíza de Direito Flávia Birchal e “Justiça Restaurativa: experiências exitosas”, pela assistente social Vanessa Couto.



ESCOLA SUPERIOR | *Continuação*

Curso “Gestão Legal” encerra Mês da Mulher na Defensoria Pública em Belo Horizonte

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) promoveu no dia 31.03.2017, no auditório da Defensoria Pública, o curso Gestão Legal.



A diretora da Escola Superior da Defensoria Pública, Hellen Caires Teixeira; a defensora pública Flávia Marcelle Torres; a coordenadora da Comissão Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde, Sonia Lansky; e Isabel Cristina dos Santos

O evento, que encerrou as atividades da Defensoria Pública em comemoração ao Mês da Mulher, integra a proposta da Esdep de oferecer educação em direitos para a população atendida pela Instituição.

Compuseram a mesa que presidiu o evento, a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão; a defensora pública, Flavia Marcelle Torres Ferreira de Moraes, em atuação na área de Famílias e Sucessões; a coordenadora da Comissão Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde, Sonia Lansky; e a representante da ONG Bem Nascer, Isabel Cristina dos Santos.

Na abertura do encontro, a defensora pública Flavia Marcelle Torres Ferreira de Moraes, ministrou palestra sobre os “Direitos da gestante e do bebê”. A defensora pública destacou a importância da informação e do conhecimento para a gestante tomar decisões diante

dos acontecimentos ao longo da gravidez, bem como a definição do tipo de parto que escolherá. Entre os direitos básicos da gestante a defensora pública enumerou o direito a acompanhante, à informação, privacidade e conforto, entre outros.

Na sequência, o médico obstetra Sandro Luiz Ribeiro Silva falou sobre “Parto respeitoso e importância do pré-natal”. Entre os tópicos abordados, Sandro Ribeiro chamou a atenção para os momentos de ir para a maternidade, o trabalho de parto, suporte emocional, os tipos de parto, os cuidados pós-parto e a importância do acompanhamento pré-natal.

A fisioterapeuta Rosana Cupertino, por sua vez, abordou o tema “Fisiologia do parto e cuidados da gestante”, no qual explicou as etapas do trabalho de parto e como a gestante deve preparar-se para essa experiência, “que ela pode escolher como será”, frisou.

As professoras Carolina Ricci e Ludmila Yarasukai apresentaram uma sessão de Dança Materna durante o curso, com participação das gestantes presentes. A série de exercícios tem o objetivo de potencializar uma vivência consciente da gravidez permitindo à mulher lidar com as transformações em curso neste momento da vida.

A nutricionista e especialista em nutrição materno-infantil, Danielle Matos, falou sobre aleitamento materno, ressaltando a importância da amamentação para a saúde do bebê, principalmente nos primeiros seis meses de vida, e como a amamentação fortalece o vínculo entre mãe e filho.



A defensora pública Flávia Marcelle durante sua palestra no curso *Gestão Legal*

continua >>



ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Curso “Gestão Legal” encerra Mês da Mulher na Defensoria Pública em Belo Horizonte**

A pediatra Ana Luiza Diniz encerrou o encontro com palestra sobre cuidados com o recém-nascido abordando temas como banho, cuidados com o umbigo, refluxo, assaduras e icterícia.

Ao longo do evento foram realizados sorteios de

brindes como material escolar, banheiras e enxovais de bebê. Também foram distribuídas cartilhas com informações sobre parto, amamentação, pré-natal e outros temas para gestantes.



Gestantes que foram premiadas com brindes sorteados no curso

Defensora pública fala sobre assédio moral no serviço público

A assessora Institucional da Defensoria-Geral, Cibele Cristina Maffia Lopes, participou da edição de abril da série Minas em Diálogo, proferindo a palestra “Assédio Moral no Serviço Público”. A apresentação aconteceu no dia 05.04.2017, na sede do Ministério Público.

Acompanharam a palestra, os defensores públicos Glauco David de Oliveira Sousa, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância – Cível (Desits CI); Rachel Aparecida de Aguiar Passos, da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; e a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão.

O ciclo de debates Minas em Diálogo é uma iniciativa do governo de Minas e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para promover uma reflexão sobre assuntos de interesse social, com a participação de es-

pecialistas, acadêmicos, membros do poder público e a população em geral.

Assédio Moral no Serviço Público

Inicialmente, Cibele Maffia conceituou assédio moral, apontando as causas e os motivos de sua intensificação na sociedade contemporânea. A defensora pública classificou os tipos de assédio, identificando os sujeitos que praticam e sofrem, assim como os efeitos no indivíduo e no ambiente de trabalho. “O assédio sexual, por exemplo, é uma forma de assédio moral. Porém, o assédio moral exige habitualidade para se configurar já o sexual não, basta um ato, ainda que isolado”, explicou.

De acordo com Cibele Maffia, as denúncias de assédio moral no serviço público, ainda são tímidas. “A sociedade, ainda, resiste em admitir como existente, motivo pelo qual é importante discutir a questão, primeiro para aceitar que o assédio existe e, depois, para combatê-lo. A apresentação do tema no Minas em Diálogo é prova de que o Estado está atento à prática e disposto a combatê-lo”, completou.



Ouvidor-geral do Estado, Wadson Ribeiro; secretária-adjunta de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Mariah Brochado; psicólogo Arthur Lobato, assessora Institucional Cibele Maffia; e desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Pepe Chaves

continua >>

ESCOLA SUPERIOR | Continuação

Defensora pública fala sobre assédio moral no serviço público

A defensora explicou, ainda, que a legislação pertinente ao assunto não é unificada, “apesar dos direitos estarem assegurados pelos artigos 1º, 3º e 5º da Constituição Federal, estados e municípios possuem legislação própria para coibir a prática. Em Minas Gerais, a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estão dispostas na lei complementar nº 116, de 2011”.

Para prevenir o assédio moral dentro do ambiente funcional público, Cibele Maffia destacou a necessidade de mediação dos conflitos dentro dos locais de trabalho. “É preciso estar atento à mudança comportamental dos servidores, informá-los sobre como identificar a ocorrência do assédio, ampliar as legislações

sobre o tema e, sobretudo, romper a barreira do silêncio”, ressaltou.

Ao final da palestra, a assessora Institucional Cibele Maffia, agradeceu a oportunidade para participar da palestra. “É muita responsabilidade falar de um tema tão importante, ao lado de pessoas de renome e que tão bem dominam o assunto, desembargador Pepe Chaves, Arthur Lobato e Wadson Ribeiro. Mas como a vida é permeada de desafios, não poderia me furtar de enfrentar este convite. Agradeço à secretária Mariah Brochado por prestigiar a Defensoria Pública pelo convite e a parabenizo pela corajosa iniciativa de estabelecer o debate sobre o assédio moral”, finalizou.



A assessora Institucional da Defensoria-Geral, Cibele Maffia, é especialista na área de defesa da mulher vítima de violência



Diretora da Esdep, defensora pública Hellen Caires Teixeira Brandão, e a secretária-adjunta da Casa Civil e Relações Internacionais, Mariah Brochado

XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) comunica que a Anadep e a Associação de Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina (ADEPESC) promoverão o XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos.

O encontro, que acontecerá no Costão do Santo Agostinho, em Florianópolis, no período de 15 a 17 de novembro, terá como tema “Defensoria Pública: Em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade”.

O congresso é o maior evento da Defensoria Pública e deve oportunizar o debate dos principais temas relativos à Instituição do Papel da defensora e do defensor público na sociedade.

Os interessados em participar podem entrar na página oficial do Congresso: www.congressoanadep.org.br

Clique aqui para ver o cartaz.

Inscrições para o Prêmio Innovare 2017

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) informa que estão abertas, **até o dia 15 de maio**, as inscrições para a 14ª edição do Prêmio Innovare. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pelo site <http://www.premioinnovare.com.br/>.

Serão contempladas as seguintes categorias: Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Justiça e Cidadania. Além dessas categorias, a comissão julgadora poderá premiar uma iniciativa dentre todas as recebidas, sobre o tema sistema penitenciário.

As práticas que atenderem ao regulamento serão visitadas por consultores especializados e, em seguida,

avaliadas pela comissão julgadora, composta por ministros do STJ e do STF, desembargadores, juízes, membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados e outros profissionais.

O prêmio

Lançado em 2004, o Prêmio Innovare identifica, premia e divulga as iniciativas que contribuem para o bom funcionamento e a modernização da Justiça. Desde a primeira edição, foram analisadas pela comissão julgadora mais de cinco mil práticas de todos os estados brasileiros.

Homenagem

Grupo formado pelas Defensorias Públicas de Minas Gerais, Espírito Santo e da União recebe prêmio em Direitos Humanos

O grupo Interdefensorial do Rio Doce (Gird), formado pelas Defensorias Públicas de Minas Gerais, Espírito Santo e da União, recebeu menção honrosa no concurso de Casos de Litigância Estratégica em Direitos Humanos, realizado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

O prêmio foi recebido pela defensora pública e coordenadora do Gird em Minas Gerais, Luciana Leão Lara, durante o seminário nacional “Litigância Estratégica em Direitos Humanos: Usos, Sentidos e Práticas na Defensoria Pública”, entre os dias 29 de março e 1º de abril, no Rio de Janeiro.

O grupo foi homenageado em razão da atuação coordenada dos defensores públicos de Minas Gerais, Espírito Santo e da União, no tocante aos impactos sofridos pela população, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015.

Também presentes no seminário, os defensores públicos Fernanda de Souza Saraiva, coordenadora local da Defensoria Pública em Ponte Nova, e Lucas Diz Simões, em atuação na área Cível de Belo Horizonte, representando a coordenadoria da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH).

Segundo a coordenadora do Gird em Minas, Luciana Leão Lara, a formalização da parceria com ou-

tras Defensorias Públicas contribui para uma maior eficiência na assistência jurídica, judicial e extrajudicial à população, além de fortalecer a educação em direitos. “O recebimento desta menção honrosa é fruto do trabalho em equipe desempenhado por todos os defensores públicos que, direta ou indiretamente, tiveram condições de se dedicar aos anseios dos impactados, em razão de um dos maiores desastres ambientais do país”, concluiu.

Gird garante indenização às comunidades capixabas

No dia 31 de março, o Gird conseguiu, perante o Comitê Interfederativo (CIF), uma importante vitória para as vítimas do desastre da barragem de Fundão. Famílias em áreas costeiras do Espírito Santo, que antes não eram reconhecidas como atingidas pela tragédia, agora terão direito à reparação pelos impactos socioeconômicos que sofreram.

Leia a matéria da Defensoria Pública da União



As defensoras públicas Fernanda de Souza Saraiva, coordenadora Local da Defensoria Pública em Ponte Nova, e Luciana Leão Lara, chefe de gabinete da DPMG e coordenadora do Gird



Os defensores mineiros, Luciana Leão Lara e Lucas Diz Simões, acompanhados dos defensores capixabas, Vivian Almeida, Pedro Temer e Douglas Admiral e Mariana Sobral

CASAMENTO COMUNITÁRIO | CONVITE

DPMG faz visita ao estúdio da Rede Globo Minas

As defensoras públicas Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, coordenadora regional de Famílias e Sucessões da Capital e Hellen Caires Teixeira Brandão, diretora da Escola Superior da Defensoria Pública, acompanhadas do assessor de Comunicação Social, Rodrigo Souza Neves, estiveram no estúdio da Rede Globo de Televisão, onde se reuniram com o gerente de Comunicação da emissora, José Amaro Siqueira.

No encontro, realizado dia 28.03.2017, foi definido o apoio da TV Globo para a realização do Casamento Comunitário na Capital. A emissora inicia, na próxima semana, a veicular o VT da campanha, gravado pela dupla César Menotti e Fabiano, em sua programação, .

Desde 2011 a Rede Globo Minas tem sido parceira da Defensoria Pública na divulgação gratuita de iniciativas como o Mutirão Direito a Ter Pai e o Casamento Comunitário.



As defensoras públicas Hellen Caires Teixeira Brandão e Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser e o gerente de Comunicação da Rede Globo Minas, José Amaro Siqueira

Começa a circular em Belo Horizonte a campanha do Casamento Coletivo da Capital

Desde o dia 30 de março, está circulando nos ônibus de Belo Horizonte, a campanha de divulgação do Casamento Comunitário da Capital. Durante três meses, 20 coletivos de Belo Horizonte, aqueles cujo trajeto passa pelas principais vias de acesso da população, exibirão, em suas traseiras (*backbus*), a peça gráfica alusiva à iniciativa. Além disso, o VT da campanha está sendo veiculado na TV Minuto, disponível nos ônibus e estações do Move.

A partir do dia 15 de abril, o *Jornal do Ônibus* trará, em sua edição, o cartaz com informações sobre as inscrições para o Casamento Coletivo.

A utilização dos meios de transporte coletivos da Capital para divulgar a ação da Defensoria Pública é uma iniciativa da Assessoria de Comunicação, em parceria com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH), Prefeitura de Belo Horizonte e TV Globo Minas.

O assessor de Comunicação da Defensoria Pública, Rodrigo Souza Neves, explicou que a Ascom/DPMG realizou um estudo para avaliar os principais veículos, onde a informação pudesse chegar à população de forma rápida, clara e fácil. “Em três meses de veiculação da campanha a visibilidade será enorme, contribuindo, não só para divulgar a ação, mas também, para reforçar o papel da Defensoria Pública como porta de acesso à Justiça e à Cidadania da população carente”, concluiu.

De acordo com Rodrigo Neves, foi feito um trabalho de sensibilização dos parceiros quanto à necessidade de



Backbus com a campanha foi disponibilizado nos ônibus que fazem o trajeto bairro/centro/bairro de Belo Horizonte



Belo Horizonte possui cerca de três mil ônibus circulando em todas as regiões, sendo que, aproximadamente, mil deles possuem mídia tipo TVBUS e, em todos está disponível o *Jornal do Ônibus*

engajamento na iniciativa que, além do cunho eminentemente social, busca o fortalecimento dos núcleos familiares e dos vínculos afetivos. O material gráfico foi desenvolvido pelo setor de Comunicação Visual da DPMG e tanto a divulgação como a produção deste material estão sendo feitas de forma gratuita pelos parceiros.

DPMG NA MÍDIA

Casamento Comunitário é destaque na TV, CNJ e Imprensa Oficial

Desde que iniciou a campanha, no dia 03 d abril, o Casamento Comunitário da Capital, vem sendo destaque na mídia. A iniciativa está sendo divulgada em jornais e sites de notícias.

“Bom Dia Minas” – A edição do jornal “Bom Dia Minas” do dia 03.04.2017 veiculou entrevista da coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (foto ao lado).



Veja aqui a entrevista

Clique nos links abaixo para acessar outras mídias:

- Estado de Minas*
- Globo.com – Minas Gerais*
- O Tempo – Cidades*
- BHAZ*

CNJ – O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) destacou a ação, no dia 05.04.2017, em sua página na Internet.

Acesse aqui a página do CNJ.



Governo – A Agência Minas e o Diário Oficial de Minas Gerais, órgãos oficiais do governo, também, divulgaram com relevância a iniciativa nos dias 05 e 06.04.2017, respectivamente. Confira nos links abaixo.

Agência Minas
‘Minas Gerais’



CASAMENTO COMUNITÁRIO

Inscrições gratuitas e limitadas

De 3 de abril até 10 de maio de 2017

Cerimônia

Dia 23 de junho de 2017, no Mineirinho.

Informações: **(31) 3526-0312** | www.defensoria.mg.def.br

Convite

Projeto SALA DE ESPERA

Oficinas de **CIDADANIA**

Dias 18, 20 e 25 de abril | 08:30h

LOCAL: Sede I Sala de Espera do Atendimento
Rua Guajaras, 1.707, Barro Preto – BH - MG

PROGRAMAÇÃO

Dia 18 | 3ª-feira

Como evitar problemas ao vender seu carro ou moto

Gabriel Freitas Maciel Garcia de Carvalho

Defensor público em atuação no Barreiro, BH.

Dia 20 | 5ª-feira

Projeto Trem das 7 - De passageiros a condutores da vida

Érica Machado

Psicóloga, palestrante e apresentadora de TV.

Dia 25 | 3ª-feira

Aspectos gerais da pensão alimentícia

Eliane Medeiros

Defensora pública em atuação na área de Família da Capital.

Realização: ESDEP / DPMG

Coordenação: Defensora pública Eliane Medeiros (cooperadora das Varas de Família e Sucessões da Capital)



BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sede I – Rua Guajaras, 1.707 – Barro Preto, BH, MG
www.defensoria.mg.def.br